

PROCESSO Nº: 0804230-47.2019.4.05.8201 - **APELAÇÃO CÍVEL**

APELANTE: EUDMA THAIS SARAIVA DE SOUZA

ADVOGADO: Rodrigo Oliveira Dos Santos Lima

APELADO: CESED - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO LTDA

ADVOGADO: Wellington Marques Lima Filho

RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Manoel de Oliveira Erhardt - 4ª Turma

JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU): Juiz(a) Federal Luiza Carvalho Dantas Rego

RELATÓRIO

1. Trata-se de apelação interposta contra sentença proferida pelo MM. Juiz Federal da 6ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba que, em sede de Mandado de Segurança, denegou a segurança pleiteada, apreciando o processo com resolução de mérito (art. 487, inciso I, do CPC/2015).

2. Alega a apelante, em apertada síntese, que: (a) submeteu-se ao processo seletivo no ano de 2018 da Faculdade de Medicina Nova Esperança-FAMENE, em João Pessoa, logrando êxito; (b) desde então, devido aos estudos, a requerente, que morava em Guarabira/PB, passou a residir na cidade de João Pessoa/PB, quando, no início de agosto de 2019 sua mãe foi diagnosticada com NEOPLASIA DE MAMA (CID C-50), ESTÁGIO III; (c) o tratamento começou a ser realizado na cidade de João Pessoa/PB, no Hospital Napoleão Laureano; (d) a mãe da autora, que morava na cidade de Guarabira/PB, ia e voltava várias vezes por mês, nos carros oferecidos pelo Município de Guarabira, para cumprir o tratamento médico prescrito; (e) com o passar dos meses e o avanço da doença, precisou de uma medicação específica para ser administrada junto à quimioterapia que, diante das dificuldades financeiras publicamente enfrentadas pelo Hospital Napoleão Laureano não pôde ser encontrada na Capital; (f) buscando uma nova unidade hospitalar para continuar seu tratamento, a impetrante conseguiu uma vaga clínica, já no mês de outubro/2019, no Hospital da Fundação Assistencial da Paraíba - FAP, localizado na cidade de Campina Grande/PB, que dispunha do medicamento necessário à continuidade da quimioterapia; (g) em face disso, a mãe da promovente precisou residir definitivamente em Campina Grande/PB; (h) com o indeferimento de sua transferência e diante da necessidade de residir com sua mãe na cidade de Campina Grande, a impetrante precisou trancar seu curso em João Pessoa. Requer, por fim, que seja concedida a antecipação parcial dos efeitos da tutela recursal para deferir, de plano, tutela de urgência determinando a sua imediata transferência e matrícula no curso de Medicina, na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - UNIFACISA.

3. Não foram apresentadas contrarrazões.

4. É o relatório.

plv

PROCESSO Nº: 0804230-47.2019.4.05.8201 - **APELAÇÃO CÍVEL**

APELANTE: EUDMA THAIS SARAIVA DE SOUZA

ADVOGADO: Rodrigo Oliveira Dos Santos Lima

APELADO: CESED - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO LTDA

ADVOGADO: Wellington Marques Lima Filho

RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Manoel de Oliveira Erhardt - 4ª Turma

JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU): Juiz(a) Federal Luiza Carvalho Dantas Rego

VOTO

1. Trata-se de apelação interposta contra sentença proferida pelo MM. Juiz Federal da 6ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba que, em sede de Mandado de Segurança, denegou a segurança pleiteada, apreciando o processo com resolução de mérito (art. 487, inciso I, do CPC/2015).

2. Recebo o recurso, eis que reunidos os requisitos legais de admissibilidade.

3. Como ensaiado no relatório, a sentença recorrida denegou a segurança que objetivava a transferência da parte autora do curso da Faculdade de Medicina Nova Esperança-FAMENE, em João Pessoa, para o mesmo curso na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - UNIFACISA, por motivo de doença da sua genitora.

4. No caso presente, a autora, ora apelante, sustentou seu pleito nos seguintes fatos: (a) submeteu-se ao processo seletivo no ano de 2018 da Faculdade de Medicina Nova Esperança-FAMENE, em João Pessoa, logrando êxito; (b) desde então, devido aos estudos, a requerente, que morava em Guarabira/PB, passou a residir na cidade de João Pessoa/PB, quando, no início de agosto de 2019 sua mãe foi diagnosticada com NEOPLASIA DE MAMA (CID C-50), ESTÁGIO III; (c) o tratamento começou a ser realizado na cidade de João Pessoa/PB, entretanto, com o passar dos meses e o avanço da doença, precisou de uma medicação específica para ser administrada junto à quimioterapia que, diante das dificuldades financeiras publicamente enfrentadas pelo Hospital Napoleão Laureno não pôde ser encontrada na Capital; (d) conseguiu uma vaga, já no mês de outubro/2019, em hospital localizado na cidade de Campina Grande/PB, que dispunha do medicamento necessário à continuidade da quimioterapia, passando sua mãe a residir na referida cidade; (e) em virtude de ser a única parente próxima a sua mãe, requereu administrativamente a sua transferência para a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - UNIFACISA, em Campina Grande/PB, porém o pleito foi indeferido; (f) com o indeferimento de sua transferência e diante da necessidade de residir com sua mãe na cidade de Campina Grande, precisou trancar seu curso de medicina na Faculdade de Medicina Nova Esperança-FAMENE, em João Pessoa.

5. A Lei nº 9.536/1997, que regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394/1996, o qual prevê a transferência *ex officio* entre universidades, dispõe:

Art. 1º A transferência *ex officio* a que se refere o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, será efetivada, entre instituições vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independente da

existência de vaga, quando se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta.

Parágrafo único. A regra do *caput* não se aplica quando o interessado na transferência se deslocar para assumir cargo efetivo em razão de concurso público, cargo comissionado ou função de confiança.

6. Nesse diapasão, o cerne da presente controvérsia cinge-se a analisar se, a despeito da falta de previsão legal expressa a contemplar a hipótese em comento, é possível a concessão da transferência pleiteada pela autora.

7. Vislumbro que deve ser admitido, excepcionalmente, a concessão da transferência *ex officio*. Com efeito, a ausência de previsão legal de transferência de discentes entre universidades públicas, quando o pedido está fundamentado em imperiosa necessidade de tratamento de saúde dele próprio ou de pessoa da família, deve ser sopesado em consonância com as garantias constitucionais do direito à saúde e à educação.

8. Nesse sentido, trago à baila precedentes desta douta Quarta Turma que ao julgar situações análogas, reconheceu a excepcionalidade do caso concreto analisado, exaltando o princípio da equidade, razoabilidade e da dignidade da pessoa humana, e assegurou a transferência de estudante do ensino superior de uma instituição de ensino para outra, diante da necessidade de acompanhamento de pessoa da família em tratamento de saúde, veja-se:

ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. TRANSFERÊNCIA DE ALUNO ENTRE CAMPI. ACOMPANHAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL ESPECÍFICA. SITUAÇÃO EXCEPCIONAL. EQUIDADE. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA IMPRESCINDIBILIDADE DA PRESENÇA DA ESTUDANTE PARA A SAÚDE DO FAMILIAR. PRECEDENTE DESTA CORTE NA AC551212/PB. COMPROVAÇÃO NO CASO CONCRETO. TRANSFERÊNCIA PROVISÓRIA CONDICIONADA À MANUTENÇÃO DA SITUAÇÃO CONCRETA QUE A ENSEJOU. CONFIRMAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA. PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL IMPROVIDAS. (PROCESSO: 08021300520174058100, APELREEX - Apelação / Reexame Necessário - , DESEMBARGADOR FEDERAL LAZARO GUIMARÃES, 4ª Turma, JULGAMENTO: 16/05/2019, PUBLICAÇÃO).

* * *

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. ESTUDANTE. TRANSFERÊNCIA ENTRE INSTITUIÇÕES CONGÊNERES.

POSSIBILIDADE. GENITORA AFETADA POR PROBLEMAS DE SAÚDE. NECESSIDADE DE AUXÍLIO ALHEIO, IN CASU, DA FILHA. DIREITOS CONSTITUCIONAIS À SAÚDE E À EDUCAÇÃO. RECURSO PROVIDO.

I - O pedido consiste na transferência da Impetrante do Curso de Direito da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, campus de Sousa (PB), para idêntico Curso na UFPB, campus de João Pessoa.

II - In casu, restaram demonstrados os requisitos autorizadores tutela antecipatória, consubstanciados na demonstração de que a genitora da agravante se encontra acometida de problemas de saúde, necessitando de auxílio de terceiros para realizar atividades da vida diária, sendo esta a pessoa apta a prestar tal ajuda, justificando, assim, a necessidade de transferência de universidade para o município de João Pessoa, onde atualmente reside a genitora, a fim de que não seja tolhido o direito da requerente de estudar o curso para o qual foi aprovada no vestibular.

III - Agravo de instrumento provido. (PROCESSO: 00026441720124050000, AG - Agravo de Instrumento - 123507, DESEMBARGADOR FEDERAL EDÍLSON NOBRE, Quarta Turma, JULGAMENTO: 22/05/2012, PUBLICAÇÃO: DJE - Data::24/05/2012 - Página::727)

9. Prevaleceu o entendimento de que a falta de expressa previsão legal não impede a concessão da transferência do estudante entre universidades públicas por motivo de saúde de pessoa da família, em respeito aos direitos à saúde e à educação, assim como ao princípio da dignidade da pessoa humana.

10. Comungo do posicionamento segundo o qual, em casos como o presente, em que o pedido se lastreia em motivo excepcional de saúde da genitora da discente, que tem o condão de frustrar o aproveitamento acadêmico da mesma, deve o respeito aos direitos consagrados na Constituição Federal suplantar a falta de previsão legislativa, de modo a admitir a pretendida transferência.

11. Verifica-se, no caso vertente, a existência de robusta documentação coligida aos autos pela autora, demonstrando a gravidade da doença de sua genitora, a ausência de outro familiar que possa prestar assistência, bem como a necessidade de continuidade do tratamento, que é realizado na cidade de Campina Grande/CE.

12. Deferimento da tutela de urgência recursal considerando que estão presentes os requisitos da probabilidade do direito e o perigo do dano.

13. Apelação provida.

14. É como voto.

plv

PROCESSO Nº: 0804230-47.2019.4.05.8201 - APELAÇÃO CÍVEL

APELANTE: EUDMA THAIS SARAIVA DE SOUZA

ADVOGADO: Rodrigo Oliveira Dos Santos Lima

APELADO: CESED - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO LTDA

ADVOGADO: Wellington Marques Lima Filho

RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Manoel de Oliveira Erhardt - 4ª Turma

JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU): Juiz(a) Federal Luiza Carvalho Dantas Rego

EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR. TRANSFERÊNCIA *EX OFFICIO* POR MOTIVO DE DOENÇA DE FAMILIAR. POSSIBILIDADE EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. GENITORA EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO. PREVALÊNCIA DOS DIREITOS À SAÚDE E À EDUCAÇÃO CONSAGRADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PROVA DOCUMENTAL SUFICIENTE À DEMONSTRAÇÃO DA PROBABILIDADE DO DIREITO AUTORAL. APELAÇÃO PROVIDA.

1. A sentença recorrida denegou a segurança que objetivava a transferência da parte autora do curso de Medicina na Faculdade Nova Esperança-FAMENE, em João Pessoa, para o mesmo curso na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - UNIFACISA, por motivo de doença da sua genitora.

2. A autora, ora apelante, alega que: (a) submeteu-se ao processo seletivo no ano de 2018 da Faculdade de Medicina Nova Esperança-FAMENE, em João Pessoa, logrando êxito; (b) desde então, devido aos estudos, a requerente, que morava em Guarabira/PB, passou a residir na cidade de João Pessoa/PB, quando, no início de agosto de 2019 sua mãe foi diagnosticada com Neoplasia de Mama (CID C-50), Estágio III; (c) o tratamento começou a ser realizado na cidade de João Pessoa/PB, entretanto, com avanço da doença, precisou de medicação específica que, diante das dificuldades financeiras publicamente enfrentadas pelo Hospital Napoleão Laureno, não pôde ser encontrada na capital; (d) conseguiu uma vaga, já no mês de outubro/2019, em hospital localizado na cidade de Campina Grande/PB, que dispunha do medicamento necessário à continuidade da quimioterapia, passando sua mãe a residir na referida cidade; (e) em virtude de ser a única parente próxima a sua mãe, já que a mesma é divorciada e a sua outra filha mora em Recife/PE, requereu administrativamente a transferência para a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - UNIFACISA, em Campina Grande/PB, porém o pleito foi indeferido; (f) com o indeferimento de sua transferência e diante da necessidade de residir com sua mãe na cidade de Campina Grande, precisou trancar seu curso de medicina na Faculdade de Medicina Nova Esperança-FAMENE, em João Pessoa.

3. A Lei nº 9.536/1997, que regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394/1996, que prevê a transferência *ex officio* entre universidades, dispõe que o estudante universitário somente faz jus à transferência de universidade, de ofício, se for servidor público que tenha sido transferido por interesse da administração.

4. Nesse diapasão, o cerne da presente controvérsia cinge-se a analisar se, a despeito da falta de previsão legal expressa a contemplar a hipótese em comento, é possível a concessão da transferência pleiteada pela autora.

5. Esta douta Quarta Turma, ao julgar situação análoga, reconheceu a excepcionalidade do caso concreto analisado, exaltando o princípio da equidade, razoabilidade e da dignidade

da pessoa humana, e assegurou a transferência de estudante do ensino superior de uma instituição de ensino para outra, diante da necessidade de acompanhamento de pessoa da família em tratamento de saúde. PROCESSO: 08021300520174058100, APELREEX - Apelação / Reexame Necessário - , DESEMBARGADOR FEDERAL LÁZARO GUIMARÃES, 4ª Turma, JULGAMENTO: 16/05/2019.

6. Com efeito, a ausência de previsão legal de transferência de discentes entre universidades públicas, quando o pedido está fundamentado em imperiosa necessidade de tratamento de saúde dele próprio ou de pessoa da família, deve ser sopesado em consonância com as garantias constitucionais do direito à saúde e à educação.

7. Em casos como o presente, em que o pedido se lastreia em motivo excepcional de saúde de pessoa da família, deve o respeito aos direitos consagrados na Constituição Federal suplantar a falta de previsão legislativa, de modo a admitir a pretendida transferência.

8. Verifica-se, no caso vertente, a existência de documentação coligida aos autos pela autora, demonstrando a gravidade da doença de sua genitora, bem como a necessidade de continuidade do tratamento, que é realizado na cidade de Campina Grande/CE. Ademais, a necessidade da presença da autora junto à sua genitora resta patente pelo fato daquela ter trancado a matrícula do curso de Medicina, após o indeferimento administrativo de seu pleito de transferência.

9. Tutela de urgência recursal concedida, considerando que estão presentes os requisitos da probabilidade do direito e o perigo do dano.

10. Apelação provida.

plv

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima mencionadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Quarta Turma do TRF da 5a. Região, por unanimidade, em dar provimento à apelação, nos termos do relatório, voto e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.



Processo: **0804230-47.2019.4.05.8201**

Assinado eletronicamente por:

MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT - Magistrado

Data e hora da assinatura: 31/07/2020 17:56:39

Identificador: 4050000.21817787



20073117434141300000021781939

Para conferência da autenticidade do documento:

<https://pje.trf5.jus.br/pjeconsulta/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>